

A ESCRITA DE SI DE DOM JOSÉ MARIA PIRES: ENTRE CARTAS PASTORAIS E HOMILIAS (1975-1980)¹

■ MARIA DAS GRAÇAS DA CRUZ BARBOSA

<https://orcid.org/0000-0003-3330-1988>

Universidade Federal da Paraíba

■ FELIPE CAVALCANTI IVO

<https://orcid.org/0000-0001-9895-3878>

Universidade Federal da Paraíba

■ MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO

<https://orcid.org/0000-0001-8331-837X>

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Trata-se de artigo sobre as Cartas Pastorais e Homílias de Dom José Maria Pires no cenário adverso do regime ditatorial, que tem por objetivo refletir acerca do processo de elaboração da escrita de si e das possíveis inferências desse processo de constituição do “eu” na História de uma época. O método do indiciário de Ginzburg (1989), os pressupostos epistemológicos da nova história cultural, a constituição estética “do sujeito” decorrente da teoria freireana (2011) e os estudos da obra de Gomes (2004), Freire (2011), entre outros teóricos que perpassam a seara da escrita de si, fundamentam a análise das fontes em questão. Em um período histórico marcado pela censura e repressão da Ditadura Civil-Militar, Dom José Maria Pires fez uso da palavra escrita para, através de suas Cartas Pastorais e Homílias, denunciar violações de direitos e “sensibilizar” para a luta por dignidade. Nesse processo, a produção epistolar do arcebispo da Paraíba releva a identidade militante e o envolvimento com as causas da pobreza e a defesa dos direitos humanos que, compondo um inventário biográfico, enunciam um processo de escrita de si dialógico, “elaborado” com e para a libertação dos sujeitos.

Palavras-chave: Escrita de si. Cartas pastorais. Homílias.

¹ Artigo resultante de pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

ABSTRACT

SELF-WRITING FROM DOM JOSÉ MARIA PIRES: BETWEEN PASTORAL LETTERS AND HOMILIES (1975-1980)

This is an article about Dom José Maria Pires' Pastoral Letters and Homilies in dictatorial regimen adverse scenario, that aims to reflect about the process of self-writing and the possible inferences in this constitution process of "me" in an era history. Ginzburg's indicialism method (1989), the epistemological assumptions of the new cultural history, the aesthetic constitution of "the subject" resulting from Freire's theory (2011) and Gomes work studies (2004), Freire (2011), among other theorists that permeate the self-writing field, base the sources analysis in question. In a historical period marked by Civil Military Dictatorship censorship and repression, Dom José Maria Pires had used the written word to, through his Pastoral Letters and Homilies, denounce rights violations and "sensitize" for the dignity struggle. In this process, the archbishop of Paraíba epistolary production reveals the militant identity and the involvement with poverty causes and Human Rights defense that, composing a biographical inventory, enunciate a dialogical self-writing process, "elaborated" with and for subject release.

Key words: Self-writing. Pastoral letters. Homilies.

RESUMEN

LA ESCRITURA DE SÍ EN DOM JOSÉ MARIA PIRES: ENTRE CARTAS PASTORALES Y HOMILÍAS (1975-1980)

Este es un artículo sobre las Cartas Pastorales y Homilias de Dom José Maria Pires en el escenario adverso del régimen dictatorial, que tiene como objetivo reflexionar sobre el proceso de escritura de sí y las posibles inferencias de este proceso de constitución del "yo" en la Historia de una era. El método del indiciarismo de Ginzburg (1989), los presupuestos epistemológicos de la nueva historia cultural, la constitución estética del "sujeto" resultante de la teoría de Freire (2011) y los estudios de la obra de Gomes (2004), Freire (2011), entre otros teóricos que permean el campo de la autoescritura, fundamentan el análisis de las fuentes en cuestión. En un período histórico marcado por la censura y la represión de la Dictadura Civil Militar, Don José María Pires hizo uso de la palabra escrita para, a través de sus Cartas Pastorales y Homilias, enunciar las violaciones de derechos y "concientizar" para la lucha por la dignidad. En ese proceso, la producción epistolar del arzobispo de Paraíba revela la identidad militante y el involucramiento con las causas de la pobreza y la defensa

de los Derechos Humanos que, componiendo un inventario biográfico, enuncian un proceso dialógico de escritura de sí, “elaborado” con y para la liberación de sujetos.

Palabras-clave: Escritura de sí. Cartas pastorales. Homilias.

Introdução

Trinta anos decorreram entre a nomeação, em 1965, e o término do episcopado de Dom José Maria Pires, na Arquidiocese da Paraíba, no ano de 1995. Durante esse percurso de tempo,² o cenário violador de direitos, instaurado com a Ditadura Civil-Militar, desenhou a paisagem da época, pois, a cada Ato Institucional decretado e violência cometida, a vida de muitos tornava-se cada vez mais difícil e menos digna. Embora a atuação de Dom José na Arquidiocese da Paraíba tenha se prolongado para além desse período, muitas marcas permaneceram, principalmente, nas vidas das populações mais carentes.

Em meio às incertezas e arbitrariedades desse período, Dom José Maria Pires empreendeu seu projeto episcopal, denominado “Do centro à margem”, através da ação pastoral Igreja Viva. E assim, conforme colocava em prática suas ideias e atitudes em defesa dos mais vulneráveis, constituía-se arcebispo, num processo de escrita de si elaborado (e reelaborado) junto ao sofrimento “alheio”, um processo de configuração de si que esteve permeado pela constituição (e dor) da escrita de si e de tantos outros sujeitos.

Mediante esse processo na convergência do outro (e com o outro), sua ação pastoral se volta para os grupos marginalizados: os pobres, os agricultores, os negros, os indígenas, as mulheres, a juventude, as crianças. Dessa forma, a trajetória eclesial de Dom José Maria Pires “confunde-se” e “mistura-se” a ou-

tras trajetórias, dentre as quais destacamos os trajetos do pequeno agricultor, do camponês, dos homens e mulheres simples do campo, das pessoas que passam fome, dos pobres e desvalidos, dos que vivem à margem da dignidade, dos excluídos da cidadania, dos que têm seus direitos transgredidos pela ditadura.

Dessa forma, ao historicizarmos a trajetória pastoral e o processo de constituição da escrita de si que envolveu Dom José Maria Pires, somos colocados ao lado da trajetória de vida dos oprimidos (FREIRE, 2011), em busca de sua libertação. Por essas razões, inquieta-nos compreender “em que essa vida nos toca, a ponto de desejarmos escrever sobre ela? Por que essa e não outra história de vida?” (TIMM, 2010, p. 52). Qual seu legado? Em que sentido a constituição da escrita de si realizada por Dom José Maria Pires declina e converge na configuração da escrita de si de outros sujeitos, as pessoas mais pobres e que estão, de alguma forma, em condição de opressão?

Por essas razões, interessa-nos esse processo de elaboração de si através da palavra escrita, materializado nas Cartas Pastorais e Homilias que produziu. As pesquisas sobre escrita de si, tendo por referência a escrita epistolar, configuram-se fonte de investigação historiográfica para além daquele que a escreve, pois encontram-se marcadas pelas leituras de si e impressões do “sujeito” diante do mundo. Afinal, quem escreve uma carta o faz a partir de um contexto, compreendido por Certeau (2011, p. 47) enquanto lugar social o qual é, sobretudo, histórico.

Essa perspectiva que considera os “lugares sociais”, percebendo as pessoas enquanto su-

² A Ditadura Civil-Militar durou 21 anos e ocorreu de 1964 a 1985. Após seu término, legislações continuaram em vigor, principalmente, no âmbito educacional, ou seja, seus efeitos foram mais longevos, perpetuando-se para além do período ditatorial.

jeitos históricos, capazes de realizar as escritas sobre si através do gênero epistolar, decorre do processo de mudança e renovação da narrativa histórica da Nova História. Ora, anterior ao movimento da Escola dos Annales, as escritas de si eram compreendidas apenas como registros de memórias de importantes sujeitos sobre seus grandes atos e possíveis acontecimentos em tempo linear e como “status” de uma verdade absoluta. Porém, para Levi (1998), essas produções devem ser problematizadas, e narradas de maneiras não linear, sem o interesse de encontrar todas as respostas, visto que as histórias de vida são permeadas por continuações, interrupções, ficções, contradições, retrocessos e retomadas.

Nesse sentido, a partir da Nova História Cultural, o gênero carta, a princípio de cunho pessoal, publicizada apenas ao destinatário, amplia-se da esfera privada para a pública, posto que o “sujeito que a escreve” partiu do lugar social (CERTEAU, 2011), o qual é também geográfico, político, econômico, social, antropológico, entre outros, elementos formativos do sujeito e da relação “estabelecida” ou “desarticulada” entre o indivíduo e o contexto. Afinal, a escrita de si é marcada ou envolvida pelas experiências elaboradas no contato com a realidade, nas práticas sociais da vida cotidiana, de forma que os textos autobiográficos não são construídos no vazio, mas são resultados das relações e projeção da imagem perante a si mesmo, aos outros e ao mundo. Diante desses fatos, em contexto adverso ao direito de liberdade de expressão, mesmo assim atuante, destacamos a relevância em se compreender as leituras de si de Dom José Maria Pires reveladas em suas Cartas Pastorais e Homilias.

No ínterim desse processo de constituição do “eu”, a partir da escrita de cartas, Ferreira (2018) alega que essa mudança não é por acaso, mas sim resultante dos novos olhares

da terceira geração da Escola dos Annales ao fazer histórico, em que com essas inovações no campo historiográfico os sujeitos ganharam notoriedade com suas subjetividades e relatos pessoais. Assim, as histórias de vida e as memórias individuais e coletivas obtêm espaços e diferentes sentidos da (auto)biografia, confluindo para colocar as escritas de si em epístolas em evidência. Por isso, os escritos de Dom José Maria Pires, materializados nas Cartas Pastorais e Homilias, compõem “matéria em análise”, ou seja, transfiguram-se em fontes para o foco científico.

Ao escrevê-las, o arcebispo partiu de um lugar e de uma compreensão de mundo. Exteriorizou, publicizou as convergências e as divergências que estabeleceu para com os contextos que o envolviam. Refletir sobre esses elementos enquanto processos constitutivos da elaboração do “eu individual” e suas possíveis intercorrências para a formação do “eu coletivo” é o objetivo do presente texto.

Ademais, a respeito da narrativa de si através da escrita epistolar, além da compreensão de si, do(s) outro(s) e do mundo, destacamos uma quarta dimensão subjetiva, o interlocutor, fazendo-nos questionar: quais as impressões que o escritor (o remetente) quer repassar de si ao destinatário? Ou, em outras palavras, quais impressões Dom José Maria Pires destaca através de suas missivas?

Ora, no processo de elaboração do texto, existe uma intenção do escritor, visto que a escritura de cartas é prática interiorizada por aquele que a redige, pois acontece primeiramente no interior dos pensamentos (e sentimentos) do sujeito que a escreve, por isso não se destina a terceiro(s) por causalidade. Dessa forma, as perguntas “[...] quem, quando, onde, como e porque uma carta é escrita” (MALATIAN, 2011, p. 204) são atravessadas por esta “intencionalidade” intrínseca ao remetente para com seu destinatário. Por essas razões, colocamos

em análise cartas pastorais de Dom José Maria Pires, de forma a refletirmos: “quando”, “onde”, “como” e a pergunta, talvez mais significativa, “por que” foram escritas?

Nessa perspectiva, e para além disso, os escritos epistolares do arcebispo, mineiro de nascença e paraibano de presença, estão subjacentes à capacidade inventiva e transgressora freireana, em que “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo” (FREIRE, 2011, p. 108). Ao utilizar-se da palavra escrita para redigir as Cartas Pastorais e Homilias, Dom José Maria Pires, por sua vez, pronunciou ao mundo as situações vivenciadas pela população em condição de pobreza e em situação de perseguição. Na tentativa de modificar a realidade da arbitrariedade ditatorial, em seus escritos fez o “chamamento” freireano da vocação humana de todos para a dignidade, a qual compõe a “vocação ontológica para o ser mais” (FREIRE, 1996, p. 18). Ser mais sujeito pensante e atuante diante da vida, capaz de elaborar e reelaborar-se a si e aos que o cercam, de forma que todos possam querer e poder *ser mais gente*, ser mais cidadão, mais ser humano.

Partindo desse pressuposto freireano, dizer a palavra é pronunciar o mundo no sentido de modificá-lo para melhorias do bem-viver da dignidade de todos e de cada um, de forma que, nesses escritos, Dom José Maria Pires pronunciou ao mundo as realidades opressoras reforçadas pelo regime da Ditadura Civil-Militar. Assumiu sua atitude interventiva, pronunciou ao mundo a ação libertadora, que constrói e se reconstrói enquanto é pronunciada, fez da escrita denúncia e, mais que isso, utilizou-a como meio de comunicação mobilizadora em defesa da resistência e do oprimido. Por essas razões, tais cartas precisam ser historicizadas enquanto elementos subsidiadores da escrita de si, pois compõem os registros de uma vida, retratam situações e posturas do arcebispo em meio ao cenário dos “anos de chumbo”, reve-

lam aspectos pessoais, religiosos e sociais de uma época a partir das palavras por ele redigidas.

Prosseguindo, ousamos iniciar as nossas discussões relacionadas às pesquisas da escrita de si na escrita epistolar, a partir do estudo de Fontana (2005, p. 63), no que se refere à autoconsciência através da fabulação da *Dialética dos espelhos*, em que reitera que a “[...] reflexão da realidade externa natural e social (consciência do mundo externo e das outras pessoas) surge primeiro e mediatiza a emergência e a elaboração da consciência de si próprio [...]”. Ou seja, a exigência do homem de falar/escrever sobre si instaura-se por meio das suas relações com a sociedade, com os próximos, estabelecendo aproximações e confrontos na construção do seu “eu” mais pessoal. Nesse ínterim, interessa-nos interpretar, à luz do paradigma indiciário de Ginzburg (1989), os indícios da escrita de si, realizada pelo arcebispo através das Cartas Pastorais e Homilias colocadas em análise.

Outro elemento interpretativo, a ser considerado no trato com as fontes epistolares motivadoras deste artigo, fundamenta-se na pesquisa bibliográfica acerca dos estudos sobre a escrita de si, em autores como Gomes (2004), Fontana (2005), Freire (2011), Timm (2010), entre outros. Contempla-se, também, os estudos de Malatian (2011) sobre as fontes epistolares e a perspectiva da narrativa biográfica.

Segundo Bissera (2017, p. 110), os estudos sobre escritas de si “[...] podem ajudar-nos a ver o indivíduo em relação com a história do seu tempo, permitindo-nos encarar a interseção da história de vida com a história da sociedade”. Ou seja, as escolhas (seleção de fatos e acontecimentos), no decorrer dessas escrituras sobre a história e a visão em relação a sua própria vida, têm a possibilidade de narrar ou reescrever aspectos importantes do tempo vivido pelo indivíduo e sobre os grupos sociais a

que pertence. Nesse sentido, refletimos sobre as escrituras de Dom José Maria Pires, materializadas em suas Cartas Pastorais e Homilias, compreendidas enquanto elementos de resistência, a revelar posturas e posicionamentos perante o período da censura, tortura e violações, sendo assim interpretadas pelo viés freireano do inacabamento e dialogicidade, em um processo de configuração da escrita de si e (re)escrita da História.

Dom José Maria Pires: por que escrever sobre si?

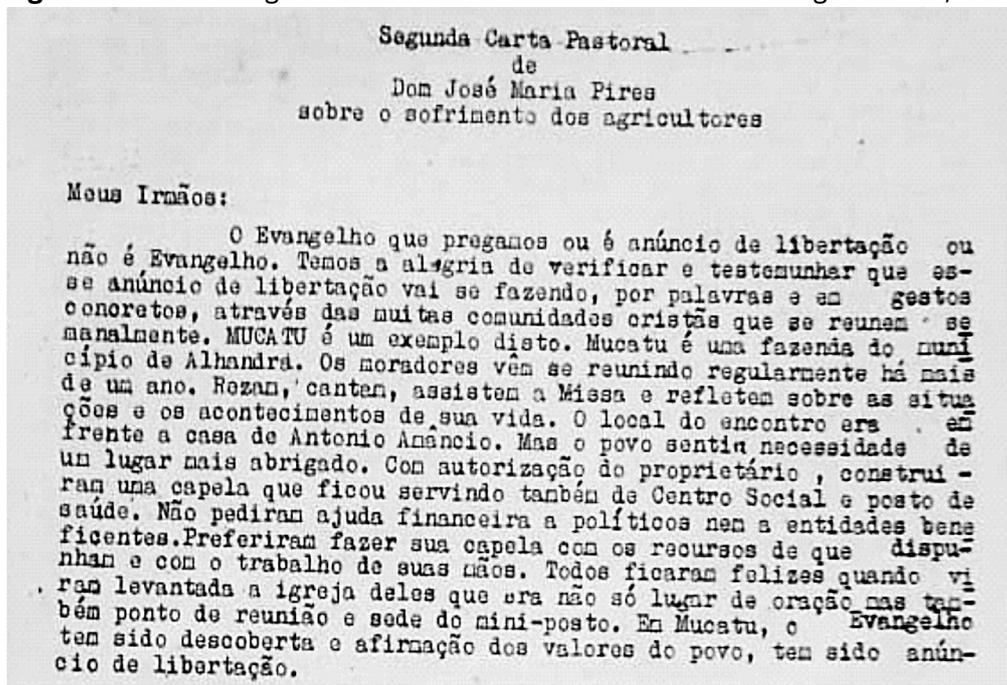
José Maria Pires, um dos seis filhos de Eleutério Augusto Pires e Pedrelina Maria de Jesus, nasceu no pequeno distrito da cidade de Conceição de Mato Dentro, denominado Córregos, no estado de Minas Gerais, em 15 de março de 1919. Ao completar 10 anos de idade, vai morar com sua madrinha Maria da Glória, indo no ano seguinte, estudar no Seminário de Diamantina (MG).

De acordo com Ribeiro (2013), após a formação no Seminário, é ordenado padre em 1941,

estando então com 22 anos. De início, o padre José Maria contribuiu na formação sacerdotal dos alunos no Seminário de Diamantina (MG) e decorridos dois anos, tornou-se o primeiro vigário, passando depois para a cidade de Governador Valadares, onde foi diretor do Colégio Diocesano Ibituruna. Em seguida, foi ser pároco em Curvelo, conservando-se nessa função até ser nomeado bispo de Araçuaí (MG), em 1957, onde permaneceu até a transferência para a Arquidiocese da Paraíba, nos anos de 1965, finalizando seu prelado no ano de 1995, quando foi promovido a arcebispo emérito.

Faleceu aos 98 anos de idade, precisamente em 27 de agosto de 2017, na cidade de Belo Horizonte (MG). O traslado o trouxe à Paraíba, onde foi sepultado, com menção honrosa, na Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves, na capital João Pessoa. Sua trajetória episcopal, frente à Arquidiocese da Paraíba, remete à historicização de seus feitos em meio ao contexto de intolerância e direitos violados, o que requeria do novo arcebispo posicionamentos e atitudes. É o que constatamos no trecho da Carta Pastoral apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Trecho da segunda Carta Pastoral “Sobre o sofrimento dos agricultores”, 1975



Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Intitulada “Sobre o sofrimento dos agricultores”, datada de 23 de junho de 1975, nesse fragmento, Dom José Maria Pires deixa clara sua visão de Evangelho, pois inicia escrevendo que o Evangelho para ser de fato evangelizador deve anunciar a libertação e não seu contrário. Externalizando sua compreensão em torno da evangelização, conta a história de construção da capela na referida fazenda, que foi construída pelas mãos e com recursos próprios dos agricultores, moradores da localidade, mediante consentimento do então proprietário da fazenda, na época de sua construção. Essa Capela, além de local de oração, era utilizada como espaço de reunião entre os moradores para refletirem sobre as condições de vida, servindo também como sede do pequeno posto de saúde. E, fi-

nalizando o parágrafo, Dom José reafirma que em Mucatu, Alhandra (PB), o Evangelho tem sido atuante, contribuindo para a descoberta e afirmação dos valores do povo, pois tem anunciado a libertação.

Em parágrafo seguinte, o arcebispo continua indicando que se trata de uma situação de opressão vivenciada pelos agricultores de Mucatu. Através dessa carta, Dom José relata o episódio ocorrido, denuncia as situações de intimidação que estavam sucedendo com as pessoas daquela localidade, dentre as quais, o fato de que, sem nenhuma explicação, os moradores tiveram suas casas numeradas com tinta vermelha e reagindo a esse intento, tomaram a “iniciativa de fazer levantamento e recorrer à Federação”. No entanto, em represália, tiveram a capela destruída.

Figura 2 - Trecho da segunda Carta Pastoral “Sobre o sofrimento dos agricultores”, 1975

Mas existe o outro lado da medalha; o Evangelho tem que ser também denúncia da opressão. Em Mucatu está acontecendo alguma coisa parecida com o que nos conta a História Sagrada a respeito do povo de Deus no Egito. O livro do Êxodo conta que o povo hebreu ia bem, trabalhava em paz e prosperava. Mas, depois, veio um novo rei, ambicioso e desumano. Ele começou a oprimir o povo que morava nas terras dele.

Mucatu tem novo dono. O antigo proprietário deixava o povo trabalhar em paz. As 174 famílias da fazenda ocupam aproximadamente 639 hectares com suas plantações. Agora a terra foi vendida a outro. O antigo proprietário saiu no dia 30 de maio sem comunicar aos moradores que tinha vendido a fazenda. Quando tomaram conhecimento do fato, 13 moradores se dirigiram à Federação dos Trabalhadores na Agricultura e pediram orientação. Daí resolveram fazer um levantamento da situação das famílias residentes em Mucatu. Aqui estão alguns dados do levantamento: a propriedade toda mede 1.236 hectares. Há famílias que moram lá há mais de 50 anos. Há duas com 65 anos de residência e uma com 70 anos. Plantam muito nos 639 hectares que ocupam. São uma fonte de riqueza e alimentam boa parte da população de Alhandra, João Pessoa, Goiana e Recife, cidades onde vendem os produtos de suas lavouras. A safra deste ano está calculada em 925 toneladas de inhame, 268 de batata, 198 de feijão, 1.643 de mandioca, 33 milheiros de macaxeira, 36 milheiros de linão, 436 de laranjas, 441 de manga, 17 de jaca, 259 de banana, 817 cuias de anandoim, 7.000 molhos de pitomba. Eles têm mais de 200 cabeças de gado, mais de 200 cabras, mais de 2.500 galinhas e 90 cavalos. Criam porcos e perus. Contrairam pequenos empréstimos bancários num valor total que se aproxima dos CR\$ 180.000,00.

Eis que vem o novo proprietário. Ao que tudo indica, ele pretende transformar a propriedade num extenso canavial a exemplo do que fez na fazenda Pitanga, no município de Caaporã, de onde foram despejados moradores sem indenização legal. Em Mucatu, uma campanha de intimidação começa a ser levada a efeito contra os moradores. Primeiro sinal: No dia 4 de junho, sem explicação alguma, todas as casas foram numeradas com tinta vermelha. Segundo sinal: No domingo, dia 8, em represália à iniciativa do povo de fazer o levantamento e de recorrer à Federação, conforme afirmou o próprio administrador, foi destruída a capela.

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Por fim, finaliza a carta trazendo à tona como aconteceu a destruição da capela e o impedimento do vigário em prestar assistência pastoral aos moradores, com bloqueio na estrada de acesso e não permissão, por parte do novo proprietário das terras de Mucatu, de realização de missas naquela localidade “enquanto o vigário não fosse ter um entendimento com ele” (nesses termos escritos). No dia desse acontecimento, Dom José relata que junto ao vigário, impedido de fazer a missa, estava ele (o arcebispo), diversos outros padres, agentes da pastoral e religiosos. No entanto, diante da situação de impedimento, Dom José se responsabilizou pelo feito e realizou a missa campal.

Observe-se que suas cartas são de denúncia de uma realidade vista e sabida por todos, mas que não encontra reação ou amparo nas autoridades. Percebe-se, nessas escrituras, que Dom José interpreta a si mesmo, seus anseios por liberdade e justiça social. Por outro lado, também interpreta a dor do outro, seus temores e lutas, contando a história de um tempo de opressão e desrespeito.

O fundamento e princípio do seu projeto episcopal em prol dos mais oprimidos e excluídos foi a Teologia da Libertação, percebendo-se que suas Cartas Pastorais e Homilias são elaboradas em nome dessa liberdade e dessa nova configuração que a Igreja vai adquirindo a partir do Concílio Vaticano II³ e das Conferências de Puebla⁴, em que a dimensão evangelizadora da Igreja Católica se volta para as causas dos pobres. É nesse sentido que o projeto episcopal e junto com este, os escritos de Dom José Maria Pires se projetam, percebendo-se, em suas Cartas Pastorais e Homilias, que o teor

da escrita está perpassado por este sentimento e ação evangelizadora em prol da liberdade e assim, tornam-se instrumentos de denúncia das transgressões ditatoriais, tornando públicas as situações de perseguição, as injustiças e violências praticadas pelo regime repressor. Em constatação desse fato, temos a segunda Carta Pastoral, intitulada, “Sobre o sofrimento dos agricultores”, escrita em 1975.

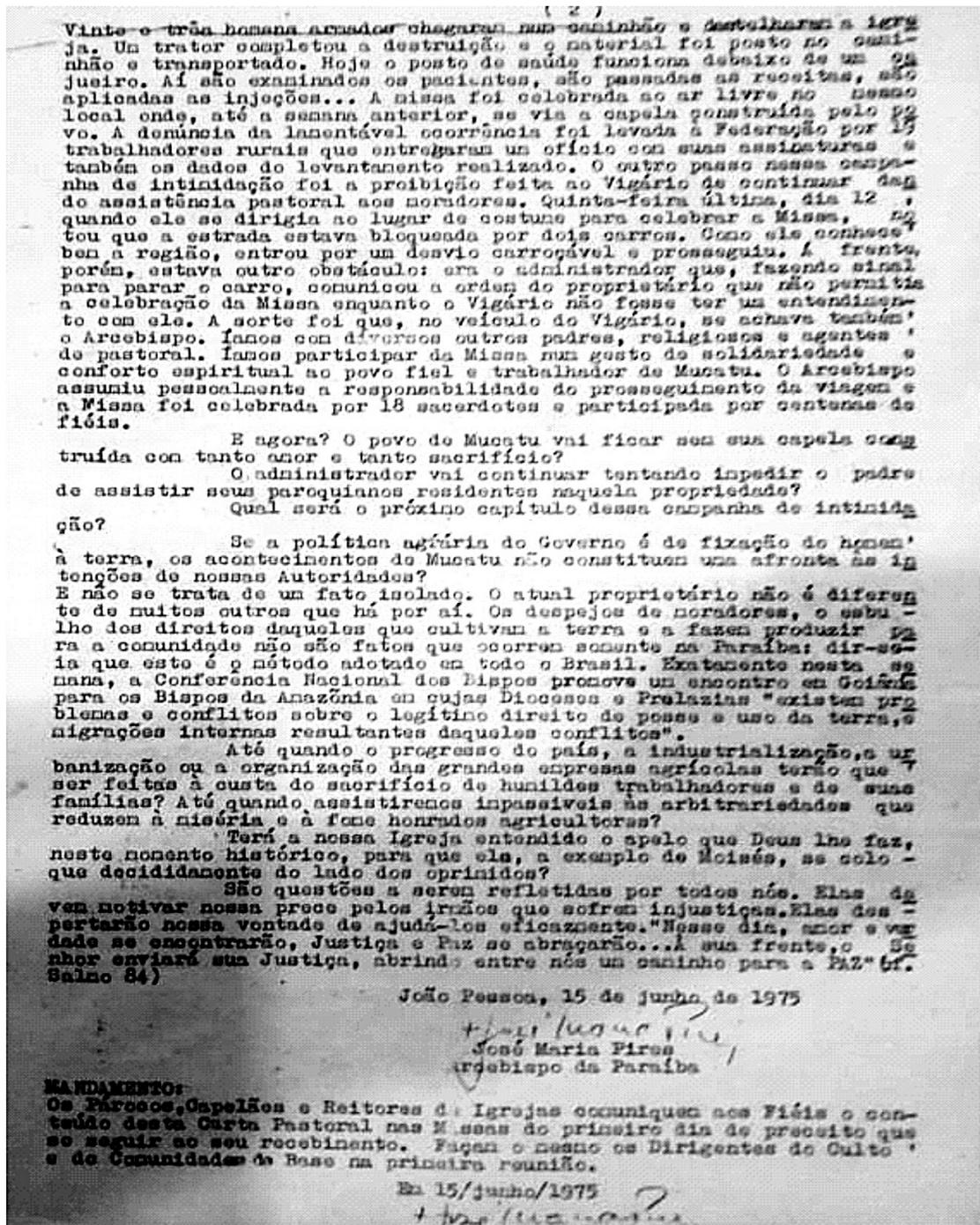
Na verdade, nessas cartas, Dom José Maria Pires deixava fluir sua subjetividade, permitindo-se ler e ser lido por todos, fato que não o intimidava, frente à violência e repressão do seu tempo. Nesse espaço de repressão de direitos, a voz do arcebispo fazia-se ouvir, sem temores ou medos, indicando caminhos e colocando-se ao lado ou na frente dos que sofriam a opressão.

Para além desses fatos de intimidação, violência e opressão, nessa carta, Dom José Maria Pires assume seu compromisso com a causa do pobre e oprimido, “colocando-se no lugar e ao lado do outro”. Ora, no contexto de elaboração dessa Carta Pastoral, eram os agricultores esse outro sujeito de Mucatu, com suas histórias de vida, experiências, redes de sociabilidade, com seus olhares e atitudes sobre os acontecimentos que lhes ocorriam, com as leituras e interações que faziam perante o mundo. Nesse ínterim de vivências, a elaboração dessa carta é iniciada interiormente, pois antes de escrever o arcebispo refletiu a respeito do sofrimento que passavam aqueles agricultores, registrou no papel (e no mundo) seus sentimentos e significados. Por isso, as palavras quando escritas adquirem materialidade histórica, não são “palavras ao vento”, mas significantes, com formato, entonações e interatividade de sentidos, uma forma de comunicação e diálogo consigo mesmo, prontas para transcender as dimensões do próprio “eu”, justamente porque se transformam junto às representações, desejos, reivindicações e utopias de muitos outros sujeitos.

3 O Concílio Vaticano II pode ser compreendido como Conferências realizadas pela Igreja Católica, no início dos anos 1960, precisamente, entre 1962 e 1965, convocado pelo papa João XXIII e que mudou os rumos da Igreja.

4 Ocorrida em 1979, a Conferência de Puebla, no México, foi inaugurada pelo papa João Paulo II e dirigiu olhar especial para a América Latina.

Figura 3 - Trecho da segunda Carta Pastoral "Sobre o sofrimento dos agricultores", 1975



Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Ainda nesse intento reflexivo sobre as escritas de si, com base em Fontana (2005), temos a representação do objeto espelho enquanto capacidade de olhar a si (e também aos demais), que encontrando-se em diferentes lugares do nosso cotidiano social – desde as luxuosas mansões, às comunidades carentes, podendo estar nas escolas, nas

ruas, nos carros, nos banheiros públicos, nos shoppings, em vários cômodos de uma casa, entre outros locais, independente da classe ou grupo social que pertencemos –, subjetivamente nos colocam diante de nós mesmos. De forma que os espelhos fazem parte de nossas vidas, em distintos tamanhos e molduras, alguns chamam mais atenção que ou-

tros, porém todos possuem a mesma função, são capazes de projetar nossa imagem em tempo simultâneo.

Nesse contexto, repensamos a dialética superada e a autoconsciência (FONTANA, 2005), visto que comparamos as escritas de si, em especial, as cartas epistolares, a “espelhos” da alma, que consideramos mais profundos em subjetividades e em posições individuais perante a realidade social, em razão do próprio ato de escrever, de colocar-se sobre o papel as impressões, as palavras, em que os pensamentos exercem mais influência e têm mais repercussão sobre a vida de quem escreve do que a questão do olhar-se no espelho. Mas, o que significa o olhar-se no espelho? Haverá subjetividades em disputa nesse ato? Certamente que sim. Elas estão tanto em diálogo como em disputa. Porém, a vida não está toda refletida ali. Daí, a escrita dizer mais, revelar mais seu autor, suas relações e seu tempo.

Diante disso, questionamo-nos: qual a importância da escrita de si? Por que os historiadores devem pesquisar esse tipo de escritura e considerá-la como fonte? Refletindo sobre as questões advindas às escritas de si, encontramos em Biserra uma possível resposta teórica:

Contar sobre si é atribuir sentido a isto ou aquilo e passa por um processo subjetivo de refinamento da memória, que influencia o que realmente foi, o que é ou o que será. E nesse processo é que o trabalho do/a pesquisador/a e do/a historiador/a da educação precisa estar atento a nuances, pistas e elementos [...]. (BISERRA, 2017, p. 97).

Em outras palavras, as narrativas de si têm suas características próprias, visto que é o sujeito colocando-se no lugar de palavra, como protagonista do seu tempo e de sua vida, expressando-se como um ser humano cheio de intenções, “verdades” e impressões. Essa dimensão tem desafiado os historiadores a compreenderem as relações individuais com

o seu contexto social, estando tais produções, se bem analisadas, aptas a enriquecer os estudos históricos sobre esses períodos – e por isso são importantes –, possibilitando olhares diferenciados, visto que a memória individual é uma perspectiva sobre a memória coletiva (HALBWACHS, 1990) e, assim, podem descrever mais sobre o mundo.

No plano da autoconsciência, a leitura do mundo antecede a leitura de si e, por isso, a última interpretação pessoal já possui diversos elementos inseridos no contexto social da sua realidade, melhor dizendo: muitas vezes, inúmeros aspectos culturais na sociedade da época são tratados como algo “natural” no cotidiano das trajetórias individuais. Nessas circunstâncias, as autobiografias e escrituras pessoais de si têm o potencial de narrarem a realidade de um tempo vivido, com capacidade de se tornarem fontes e pesquisas para a produção historiográfica. Assim ocorre com as cartas por Dom José Maria Pires elaboradas, escrituras pessoais a narrar e indagar sobre uma realidade e que, colocadas no papel, ganham forma, força e relevância na inscrição tanto daquele que as produz quanto naqueles sujeitos que as leem.

Adentrando na *Dialética dos espelhos*, Fontana (2005, p. 63) é clara ao dizer que “ninguém vem ao mundo provido de um espelho. Fomos nós que criamos”. Nesse sentido, essa dialética apresenta-se como uma metáfora do eu, revelando a autoconsciência e subjetividades dos sujeitos refletidas no espelho. Tal objeto, como uma projeção da imagem de si, é considerado um reflexo – ou digamos “retrato” de alguém – da necessidade dos seres humanos de perceberem como se enxergam e compreendem o mundo. A partir dessa “dialética”, somos capazes de estabelecer algumas relações com as escritas de si nas cartas pastorais de Dom José. Suas cartas eram o espelho da sua subjetividade e sua escrita manifestava sua autocons-

ciência, sua preocupação com os vulneráveis, com a população carente.

Santos destaca a importância das escritas autobiográficas e cartas pessoais e evidencia os momentos particulares de elaboração quando expressa que:

[...] é uma prática cultural realizada no recôndito dos espaços privados, no sigilo dos quartos, pelos cantos da noite, no despojar-se do contato com o externo circundante, e enseja-se também da invisibilidade dos espaços públicos, como a do alheamento das salas de aula, ou de isolamento nos transportes coletivos, até mesmo no reservado que a ampliação das praças abertas engendra. (SANTOS, 2010, p. 54).

Nota-se que as subjetividades do sujeito são afloradas, que poderão escrever sobre si nas epístolas, como é o caso de Dom José, em diferentes locais, com múltiplas emoções, sensações e significados, em que, talvez, de outra maneira, jamais soubéssemos dessas ocorrências individuais, que podem expressar demandas coletivas. Esse tipo de escrita é capaz de evidenciar o mais próximo da integridade de um “eu” social; entretanto, como a autora ressalta, existe uma intencionalidade nesses registros que precisa ser investigada, pois, mesmo que tenham origem no mais profundo do eu, estão em articulação com a alteridade e com o espaço/tempo do autor.

Nesse contexto, sobre a autoconsciência ilustrada, refletimos, através dos “espelhos” da alma (FONTANA, 2005), a respeito da história de vida de Dom José Maria Pires, considerando as cartas pastorais que escreveu durante os anos de Ditadura Civil-Militar. Salientamos, então, sua trajetória como primeiro arcebispo negro do país, suas escolhas pessoais e religiosas em favor dos mais vulneráveis e marginalizados, trilhando um caminho evangelístico mais árduo, por não monopolizar seu trabalho no arcebispado, sendo considerado um dos mais bem-sucedidos e militantes do estado da Paraíba.

Com sua visão e prática religiosa, vai propor o projeto episcopal “Do centro à margem”, em pleno cenário da Ditadura Civil-Militar, utilizando-se de ações de evangelização e conscientização junto às minorias, contribuindo para uma escrita de si em consonância com a escrita do(s) outro(s) sujeitos, de forma que sua coragem em se pôr como um ser humano, consciente do seu real papel enquanto religioso, impulsionou a luta social dos mais oprimidos em tempos sombrios.

Dom José Maria Pires e seus escritos de resistência: uma vida revelada em cartas e homilias

Dentre as formas de perseguições da Ditadura Civil-Militar, Dom José Maria Pires descreve na Carta Pastoral, datada de 12 de fevereiro de 1978, o seguinte episódio:

Na despedida do General Brum Negreiros como Comandante do Grupamento de Engenharia, fui por ele apresentado ao Comandante do IV Exército General Argus Lima. Eis um trecho do diálogo que então se estabeleceu entre nós:

General Argus Lima: ‘...Eu sou da Cavalaria. O senhor sabe o que é a Cavalaria?’

Arcebispo: — ‘Não sou entendido em assuntos militares, General. Mas, se o senhor é da Cavalaria, acredito que há de ser muito cavalheiro.’

General: — ‘A Cavalaria, desde suas origens, tomou a defesa dos fracos, dos órfãos e das viúvas.’

Arcebispo: — Então nos encontramos empenhados na mesma causa. A Igreja cada vez mais vem procurando colocar-se ao lado dos fracos e dos oprimidos’. (PIRES, 1978, p. 40, grifos do autor).

Nesse relato, as nuances da repressão da Ditadura Civil-Militar presentes no discurso do general, como em “[...] eu sou da Cavalaria”, apontam para as relações de poder circunscri-

tas a um general dentro da conjuntura atuante daquele momento, o regime militar; e as memórias individuais de Dom José revelam a representação coletiva em torno da simbologia que acompanhava aquela apresentação, pois, ao colocar no mesmo patamar “ser da Cavalaria ao ser muito cavalheiro”, Dom José (acreditamos que de forma intencional), de certa forma, deixava-o menos forte ou, ao menos, propunha desconstruir a imagem de força e poder que perpassam a figura de um general.

A intenção era clara, a escrita das Cartas Pastorais era usada para denunciar as situações opressoras perante as atrocidades dos anos de Ditadura Civil-Militar. Através dessa escrita de delação, o arcebispo colocava-se numa posição social, emocional e religiosa de encorajamento. Suas cartas pastorais eram o espelho da sua subjetividade, do seu destemor, da sua coragem e enfrentamento a situações repressoras. É o que constatamos na leitura destes trechos da Carta Pastoral escrita por Dom José Maria Pires, em dezembro de 1975:

Meus irmãos,

Nosso irmão Frei Hermano José foi também chamado de novo ao I Grupamento de Engenharia por autoridades da Segurança Nacional. Acusaram-no de estar pregando a violência, de ser ele comunista e subversivo como o Arcebispo da Paraíba.

Ninguém acredite que somos comunistas ou subversivos. Somos humildes servos de Jesus Cristo e, por amor dele, queremos estar cada vez mais perto de vocês participando de suas angústias e sofrimentos, de suas conquistas e de suas alegrias.

O que é mesmo que Frei Hermano José faz para ser acusado de comunista e ser chamado à Segurança Nacional?

O nosso ponto de partida é a fé em Jesus Cristo Salvador. A fé nos leva a procurar ver os homens e os acontecimentos como Deus os vê e

agir conforme o Espírito Santo vai nos mostrando na oração e nas reuniões.

Nós não pregamos a invasão das terras dos outros. O proprietário pode continuar em sua terra, mas deixe o pobre trabalhar e viver sossegado. Mas, quando o camponês é ameaçado de despejo por proprietários que olham mais o lucro do que a vida de seu irmão, nós o aconselhamos a defender seus direitos, dentro das leis do nosso país.

Ameaçaram Frei Hermano de fazer um processo contra ele e expulsá-lo do país. Tal ameaça teria sido feita se o Frei estivesse defendendo os proprietários, visitando os ricos e comendo com eles? Por que será que somente os que tomam defesa dos oprimidos é que são considerados subversivos e comunistas?

Seja esta carta lida nas Missas e nas Celebrações. (PIRES, 1978, p. 30).

Nessa Carta Pastoral, as evidências da repressão ditatorial àqueles que, na concepção da ditadura, pudessem representar algum perigo à ordem estabelecida ou aos interesses do capital, cada vez mais fortalecido pelos Acordos Internacionais e pelo desenvolvimento das grandes empresas agrícolas, reforçam, ainda mais, a divisão social e a distribuição desigual de renda, fatos que são visíveis. O “progresso do país”, em especial da economia agrícola, acontecia através do sofrimento do pequeno agricultor, que se via expulso da terra, desintegrado de sua posse, humilhado e perseguido. Tais situações faziam com que Dom José Maria Pires se mostrasse mais firme em seu projeto eclesialístico de vida e denunciasses as ameaças e perseguições.

Ora, assim como Frei Hermano e o próprio Dom José Maria Pires, muitos foram os agricultores, camponeses, posseiros, jovens ou pais de família que foram perseguidos pela Ditadura Civil-Militar, e muitos foram aqueles que, desapropriados da terra, mas conscientes de seu direito a ela, ergueram sua voz na luta e, quando calados pelo medo do regime, conta-

ram com a Arquidiocese da Paraíba e com a voz de seu arcebispo.

“A preferência” pelos pobres, doentes e pecadores, demarcava o envolvimento do arcebispo com os sujeitos “esquecidos” que ocupavam a linha marginal da sociedade. Era o elemento fundante de seu projeto eclesial enquanto esteve à frente da Arquidiocese da Paraíba. Seu projeto de evangelização estava pautado numa fé proativa, em que a diminuição do sofrimento implicava luta e desprendimento para causas da coletividade, por isso, ao utilizar-se de seus escritos para denunciar violações e sofrimentos, indagava e questionava a realidade e, com isso, reforçava seu compromisso de trabalho pastoral na defesa do pobre e oprimido. E, escrevendo as denúncias, inscrevia-se e afirmava-se enquanto arcebispo.

Mas quem eram os pobres? Para Boff, a Teologia da Libertação nasce com a compreensão da pobreza enquanto um fenômeno social, resultante da injustiça e desigualdade, de forma que:

[...] não se trata apenas do pobre individual que bate à nossa porta e pede uma esmola. O pobre a que nos referimos aqui é um coletivo: São os operários explorados dentro do sistema capitalista; são os subempregados, os marginalizados do sistema produtivo-exército de reserva sempre à mão para substituir os empregados - são os peões e posseiros do campo, bóias-frias como mão-de-obra sazonal. Todo esse bloco social e histórico dos oprimidos constitui o pobre como fenômeno social. (BOFF; BOFF, 2001, p. 15).

Para além da visão utópica de que ser pobre significa não ter algo, como não ter trabalho (e ser desempregado), não ter alimentação (e ser desnutrido), não ter moradia (e ser morador de rua), dentre outros exemplos em que a pessoa é colocada na condição de não ter, para então passar a ser, ou em outras palavras: se não temos emprego, somos desemprega-

dos, se não temos alguma coisa, passamos a ser definidos como aquilo que não temos, ou para simplificar, se não temos, somos pobres.

É, justamente, essa reflexão que Boff realiza, quando trata da pobreza como fenômeno social, que traz em sua essência a desigualdade e as relações opressoras. “O pobre é considerado apenas como aquele que não tem. Não se percebe que o pobre é feito pobre por outros” (BOFF; BOFF, 2001, p. 17).

Para Dom José Maria Pires, o pobre era também o “fraco”, no sentido das fragilidades sociais que a pessoa em condição de pobreza está mais suscetível a vivenciar, mas, sobretudo, pelas relações opressoras que o colocam no lugar da pobreza e da fragilidade, pois:

Nunca como hoje pareceu necessário defender o fraco e lutar pela libertação dos oprimidos. Nunca como hoje o fraco correu tanto risco de ser esmagado pela máquina, pela técnica, pelo poder econômico. Nunca foi tão grande a distância entre um pequeno número de poderosos e a multidão imensa de fracos. (PIRES, 1978, p. 41).

Retomando a metáfora do “espelho”, o que ele revelava sobre Dom José? Ou seja, o que essa metáfora, em forma de escritura, dizia de si? Dizia de um homem, religioso, que sofria com as injustiças, que se preocupava com o outro e com seu sofrimento. Dizia de um arcebispo que resistia e que escolhera o lado dos fracos para defender e com eles sobreviver. Com os fracos, fizera-se forte.

Assim, para Dom José Maria Pires, o sujeito fraco, porque encontrava-se em condição de vulnerabilidade, tinha face e trajetória; não era um dado estatístico, mas uma pessoa com uma história de vida, muitas das vezes marcada pela desigualdade e pela luta por dignidade. É o que se revela em trechos da Carta Pastoral, datada de 12 fevereiro de 1978:

Hoje o fraco a ser protegido não é só a criança que atravessa a rua movimentada ou o órfão

que passa fome ou a viúva sem teto... O fraco é o operário que vive com salário mínimo, o trabalhador forçado a emigrar da terra em que nasceu. O fraco a ser protegido é o lavrador de Alagamar, de Piacas e de tantos outros sítios ou fazendas invadidas pelo boi ou pela cana. É sobre esta situação que vamos refletir na presente Carta Pastoral. (PIRES, 1978, p. 41).

Esses eram “o fraco”, os lavradores e camponeses dessas localidades rurais da Paraíba que se encontravam coagidos pela condição opressora de terem suas lavouras destruídas pelo gado ou pela plantação dos canaviais. O “fraco” que, mais do que a proteção, necessitava ser ouvido, percebido no contexto violador que lhe era introjetado.

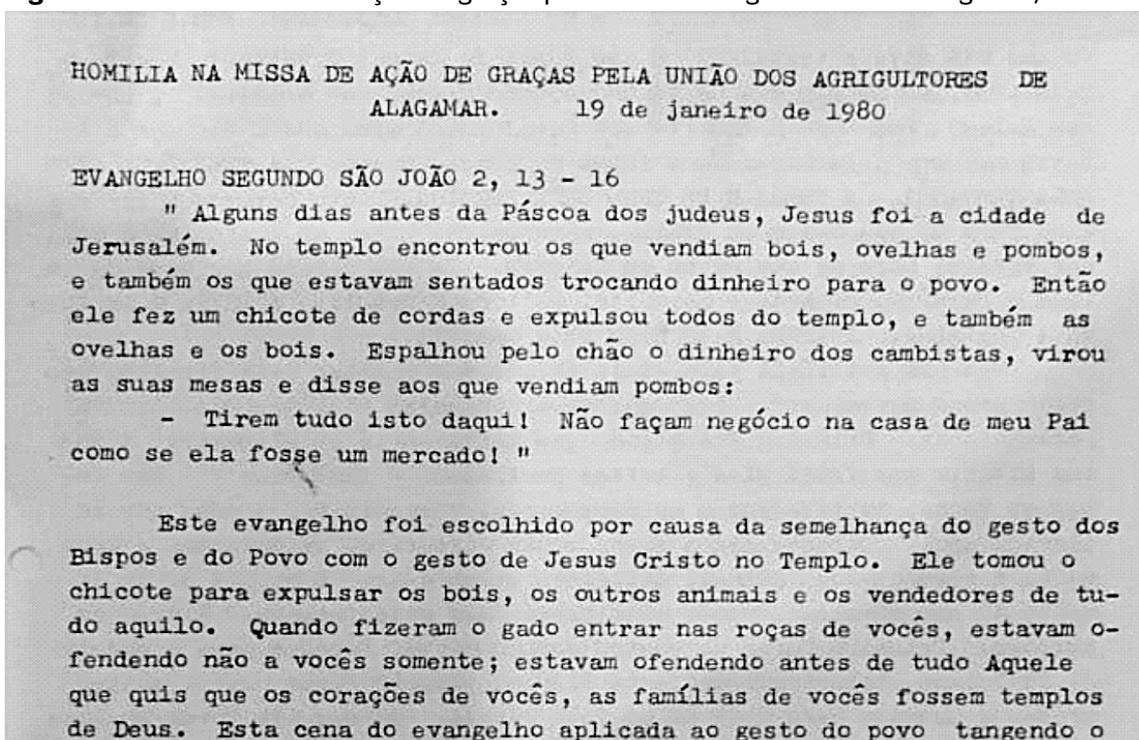
Perceber, ouvir e solidarizar-se com as pessoas simples do campo através dessa Carta Pastoral, intitulada “Sobre o compromisso da Igreja com os fracos e oprimidos”, a ser lida (a pedido do próprio arcebispo) a todos os presentes na 1ª Missa Dominical, da corrente data em que fora escrita e também na primeira reunião das Comunidades Eclesiais de Base e

nos Grupos de Reflexão, foi a forma que Dom José Maria Pires encontrou para fazer a *práxis* libertadora da Teologia da Libertação, a que se propôs em seu episcopado.

Utilizando-se de seu lugar de arcebispo da Arquidiocese da Paraíba e também de seu poder de fala, consciente do eco que seu “evangelho da denúncia” poderia ressoar dentre os poderes daquele momento, Dom José Maria Pires assim o fez, pois “a Igreja da Paraíba tomou posição. Ela está do lado dos agricultores de Alagamar. E o faz por fidelidade ao Evangelho e por amor ao povo. Como Jesus, fizemos uma opção pelos oprimidos” (PIRES, 1978, p. 45). Assim, através dessa Carta Pastoral, trazia à tona as situações reais enfrentadas pelos agricultores moradores de Alagamar e Muçatu (PB). E, para além disso, seus escritos revelam o engajamento, deixando clara sua opção diante dessa realidade.

O espírito coletivo e as palavras de resistência marcam esta Homilia por Dom José Maria Pires escrita para a missa de ação de graças aos agricultores de Alagamar (PB).

Figura 4 - Homilia “Missa de ação de graças pela união dos agricultores de Alagamar, 1980



gado das roças, tendo à frente os bispos, é muito próprio para lembrar como é que Deus está presente na caminhada do povo, na luta do povo. Aqui nos reunimos hoje para agradecer a Deus a vitória alcançada e refletir diante dele a caminhada que resta fazer. Qual é mesmo esta caminhada? A primeira leitura (Isaias 42, 1-7) diz que é uma caminhada para plantar o direito. Como agricultores, vocês plantam roça, lavora, fruteira. Mas, como filhos de Deus, além dessas culturas, temos que plantar também o direito. Onde as coisas estão erradas, temos que consertar. Onde estão tortas temos que endireitar. E diz a leitura que foi feita que a gente não pode ceder, nem desanimar até que o "direito seja implantado". E essa planta não pode morrer não: deve germinar e crescer. O direito que vocês estão plantando com o suor do rosto, com prisões, com sofrimentos, pode assim se expressar: - A TERRA É DE QUEM DELA PRECISA. É um direito legítimo, mas que ainda não foi plantado, não foi reconhecido pelas leis porque a terra não está sendo daquele que nela trabalha. Também não está sendo daquele que dela precisa. A terra está sendo daquele que tem dinheiro mesmo que não trabalhe nela e não precise dela. De quem era toda essa terra? Há 5 anos era do Sr. Arnaldo Maroja, falecido em novembro de 1975. Depois, essa terra em que estamos, foi comprada pelo senhor Zezinho Veloso. Hoje não é mais dele: foi desapropriada e ele continua vivendo bem, sem passar fome, mesmo sem essa terra. Portanto, ele não precisava dela para viver. Quando porém, ele mandou plantar cana aqui, invadindo as posses de vocês, ele estava querendo tomar de vocês uma terra de que vocês têm -

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Nessa homilia, a celebração do arcebispo junto aos agricultores trata da conquista de toda uma comunidade, que antes do falecimento do proprietário das terras, o Arnaldo Maroja, podia plantar e viver naquela localidade, conforme afirma o próprio arcebispo:

Até a morte do senhor Maroja, essas famílias tinham uma situação calma e tranquila, visto que podiam trabalhar, produzir e morar na Fazenda de Alagamar sem sofrerem qualquer pressão. Eram respeitados seus direitos. Agora a coisa mudou. (PIRES, 1978, p. 43).

Ter o gado do novo proprietário das terras “destruindo” as plantações era por assim dizer “a menor” das violências enfrentadas naquele momento. É o que constatamos neste trecho: “[...] a polícia recebeu ordem de impedir as reuniões do povo e a entrada na área dos agentes da pastoral [...]” (HOMILIA MISSA DE AÇÃO DE GRAÇAS PELA UNIÃO DOS AGRICULTORES DE ALAGAMAR, João Pessoa: ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 1980, p. 2.).

Dentre as ações pastorais desenvolvidas pela Arquidiocese estavam os encontros semanais de agentes da pastoral com os agricultores e a assistência do Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH),⁵ por Dom José criado no ano de 1975. Por isso, celebrar a vitória requeria palavras de agradecimento ao direito legalmente adquirido na justiça de desapropriação das terras de Alagamar(PB) em favor dos agricultores, mas, também, eram palavras de impulso à continuidade da luta por direitos, pois, em um período marcado por violações, fazia-se necessário continuar a “caminhada”; era necessário “plantar o direito” a partir da ação coletiva de cada agricultor(a) daquela localidade.

Aqui nos reunimos hoje para agradecer a Deus a vitória alcançada e refletir diante dele a ca-

5 De acordo com Duarte (2015), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) funcionava como órgão aditivo e auxiliar na missão evangelizadora da Arquidiocese da Paraíba naquele momento.

minhada que resta fazer. Qual é mesmo essa caminhada? A primeira leitura (Isaías 42, 1-7) diz que é uma caminhada para plantar o direito. Como agricultores, vocês plantam roça, lavoura, fruteira. Mas, como filhos de Deus, além dessas culturas temos também que plantar o direito. Onde as coisas estão erradas temos que concertar, onde estão tortas temos que endireitar [...]. (HOMILIA MISSA DE AÇÃO DE GRAÇAS PELA UNIÃO DOS AGRICULTORES DE ALAGAMAR, João Pessoa: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, 1980, p. 2, grifos do autor).

A expressão utilizada por Dom José Maria Pires, nos termos por ele escritos, “plantar o direito”, para além da metáfora, significava defender a dignidade e continuar a luta pela libertação de cada pessoa. Significava fazer nascer e adubar o direito, cuidando para que não fenecesse, em face das intempéries do tempo. Esta era a proposta, a libertação através da ação evangelizadora ativa, presente no pensamento e nas ações pastorais de Dom José.

Tal perspectiva partia da Teologia da Libertação a fundamentar seu episcopado, mas encontrava-se, de maneira muito forte e atuante, com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (2011). Em ambas, a proposta da liberdade era algo a ser construído junto com as pessoas em condição de opressão, por isso atitude pessoal e intransferível daqueles que sofrem situações de opressão e/ou que estão em condições opressoras. Para as duas realidades, tanto daqueles que sofrem ou que estão na condição de sujeito oprimido, o movimento em busca da libertação é condição imprescindível, pois:

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegaram pelo acaso, mas pela necessidade de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2011, p. 42).

Para Freire, sentir na pele os efeitos da opressão só era possível ao próprio sujeito que se encontrava oprimido. No entanto, apenas sentir na pele os efeitos da opressão (FREIRE, 2011) não era suficiente. Para promover a libertação do sujeito, era necessária a percepção de que a pessoa que está sendo oprimida reconhecesse o opressor ou a condição de opressão que a envolve. É um processo gestado na dialogicidade entre a pessoa e o contexto.

A partir da teoria da dialogicidade, Freire (2011, p. 107) nos ensina que a resistência se constrói e/ou se (re)elabora no âmago das relações, no “chão da vida” e seus contextos de submissão, os quais exigem luta, o que implica a ação reflexiva diante da situação opressora, a fim de percebê-la e ter atitude para transpô-la. Nesse movimento dialógico, entre a percepção de pessoas oprimidas e a ação frente aos seus contextos de opressão, consistia o trabalho evangelizador de Dom José Maria Pires à frente da Arquidiocese da Paraíba, de uma “igreja comprometida com o pobre e oprimido” (PIRES, 1978, p. 40). Essa igreja, envolvida com as questões sociais de uma evangelização praticante, a qual transcendia a dimensão da fé espiritual para tornar-se um movimento concreto de evangelização para a vida, orientou as ações de Dom José que, utilizando-se do “poder de escrita” que lhe era conferido como arcebispo, transformou suas Cartas Pastorais e Homilias em instrumentos de resistência e de revelação de si e do outro.

Considerações finais

Inspirado nos ideais conciliares, orientadores da Teologia da Libertação e do Concílio Vaticano II, ao assumir a Arquidiocese da Paraíba, Dom José propôs a elaboração de um novo formato de evangelização, por ele denominado “Do centro à margem”, um projeto eclesialístico

que articulava evangelização e educação, pois compreendia o Evangelho como ação concreta de denúncia da opressão e anúncio da liberdade.

Consoante a esse novo formato de “ser” e “fazer Igreja”, as Cartas Pastorais e Homílias produzidas pelo então arcebispo transcendiram a dimensão comunicativa inerente para se transformarem em instrumentos de denúncia, pois ampliavam a visibilidade para com as pessoas perseguidas pelo regime, mas também com aqueles que sofriam as exclusões e violações de direitos naquele cenário, constituindo-se em mecanismos de mobilização. Tais cartas e homílias eram o espelho de si e representavam suas posições contrárias à violência e à repressão do governo militar.

No período ditatorial, marcado por turbulências, dentre as quais a violação dos direitos fundamentais, e como consequência a desvalorização da dignidade humana, temos a perseguição, a censura e a repressão a muitos opositores. No ato de escrever Cartas Pastorais e Homílias, em conjunturas tão violentas e obscuras, transformando-as em objeto de comunicação e publicização dos “fatos” opressores, Dom José Maria Pires realizava o processo de (re)escrita da história, mas, sobretudo, escrevia a si mesmo, pois a cada palavra e situação denunciada através de suas cartas, assumia uma posição de resistência às barbáries praticadas pelo regime ditatorial.

Para Rios (2013), a perspectiva individual é composta por códigos sociais que operam como linguagem, perpassando pela memória, constituída pelo meio social, através de ideias e palavras. Dessa forma, a individualidade daquele que escreve é concebida pelo caráter coletivo, num movimento em que a escrita de si acontece, ou se transforma, na relação com os outros. Assim, ao trabalharmos com as escritas de si, na qualidade de historiadores da educação – das Ciências Sociais e Humanas –, (re)

escrevemos memórias, em um território fértil composto por marcas de diferentes identidades e embates políticos entre grupos sociais, o que por si próprio desafia a investigação histórica a um exigente rigor interpretativo para além do texto.

Nesse sentido, seus escritos desvelam um tempo de opressão e repressão aos direitos do ser humano, um tempo que não quer passar e que procura repetir-se através da manifestação de ideias e atos. Porém, Dom José, assim como Dom Helder, ensinaram lições de resistência e libertação. Restou a palavra escrita para estudos e reconfigurações.

As escritas de si reveladas em Cartas Pastorais e Homílias, por Dom José Maria Pires elaboradas, descortinam a natureza histórica dos sentidos de seus contextos de produção. São, também, reveladoras da história de vida desse arcebispo em favor dos mais desprezados e marginalizados em território paraibano, revelando-se intencionalmente alguns sentimentos, impressões e convicções do homem de fé no enfrentamento para efetivação dos direitos humanos da liberdade e dignidade humana; configurando-se assim enquanto escritas motivadoras da escrita de si, do(s) outro(s) sujeito(s) e da própria História.

Referências

- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- BISERRA, Ingrid Karla Cruz. Pesquisa com fontes (auto)biográficas: alguns apontamentos teórico-metodológicos. *In*: NUNES, Maria Lúcia da Silva. et al (orgs). **Eu conto, você conta**: leituras e pesquisas (auto) biográficas. Fortaleza: EdUECE, 2017. p. 96-117.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DUARTE, Thamara Maria Maia. A caminhada do primeiro centro de defesa dos direitos humanos no

Brasil: terra, justiça e liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a História do Tempo Presente e a historiografia no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, UDESC, v.10, n.23, p.80-108, jan/mar. 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080/8071>. Acesso em: 30 maio 2022.

FONTANA, Roseli Aparecida Cação. **Como nos tornamos professoras?** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras 1989.

GOMES, Angela de Castro. (org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOMILIA MISSA DE AÇÃO DE GRAÇAS PELA UNIÃO DOS AGRICULTORES DE ALAGAMAR. João Pessoa: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, 1980. Série Documentação dos Bispos (Subsérie homilias/sermões).

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abu-**

sos da História Oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 167-182.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 195-222.

PIRES, José Maria. **Do centro para a margem**. 1. ed. João Pessoa: Acauã, 1978.

RIOS, Fábio Daniel. Memória Coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michel Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, Rio de Janeiro, UERJ, v.5, n.1, p.1-22, nov.2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7102>. Acesso em: 2 jun. 2022.

RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes (org.). **Dom José Maria Pires Arcebispo Emérito da Paraíba: Doutor Honóris Causa da Universidade Federal da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 2013.

SANTOS, Vívian Carla Calixto dos. Fazeres autobiográficos e cartas pessoais. In: CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de; SANTOS, Vívian Carla Calixto dos. **Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação**. São Paulo: Editora UNESP: Cultura Acadêmica, 2010. p. 51-61. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/zz66x/pdf/camargo-9788579831263-04.pdf>. Acesso em: 29 maio 2022.

TIMM, Edgar Zanini. A vida como obra de arte: pensando em histórias de vida. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). **(Auto)biografia e formação humana**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 45-62.

Recebido em: 20/08/2022

Revisado em: 21/11/2022

Aprovado em: 26/11/2022

Publicado em: 15/12/2022

Maria das Graças da Cruz Barbosa é doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Educação, mestre em Direitos Humanos e especialista em Educação em Direitos Humanos, todos pela UFPB. Membro do Grupo de Estudos Memória, História e Educação (Gemhe). Professora da Secretaria de Educação do Município de Bayeux (PB). E-mail: gracacruz25@hotmail.com

Felipe Cavalcanti Ivo é mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Integrante dos Grupos de Es-

tudos e Pesquisas Memória, História e Educação e História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR- GT PB). *E-mail:* felipejohnny@gmail.com

Maria Elizete Guimarães Carvalho é doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pós-doutora em Política Educativa pela Universidade do Minho (Uminho), Portugal. Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Departamento de Fundamentação da Educação, Centro de Educação. Credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), ambos da UFPB. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação Brasileira, GT – PB. E-mail: mecarvalho23@yahoo.com.br